



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**PRECATÓRIO Nº 5917 - DF (2020/0041157-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE** : MARIA DE NAZARE PEREIRA DE MENEZES  
**HERD. DE** : JOAO PICANCO DE MENEZES - ESPÓLIO  
**ADVOGADOS** : SANDRA REGINA MARTINS MACIEL ALCÂNTARA -  
AP000599  
BENEDITA DIAS DE ANDRADE - AP000993  
**REQUERENTE** : MARCELO LAVOCAT GALVAO  
**REQUERENTE** : PAULO SERGIO CUNHA  
**ADVOGADO** : MARCELO LAVOCAT GALVÃO - DF010958  
**REQUERIDO** : UNIÃO  
**REQSTE** : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### **DECISÃO**

Cuida-se de requisição de pagamento oriunda da ExeMS 7386 (201401219677), expedida em favor de JOAO PICANCO DE MENEZES, MARCELO LAVOCAT GALVAO e PAULO SERGIO CUNHA, estes beneficiários de destaque de honorários advocatícios contratuais.

Intimados acerca da regularidade formal, a UNIÃO e o Ministério Público Federal manifestaram-se favoravelmente.

Por meio da decisão de fls. 26-27, foi deferido o pedido de transferência do valor principal à ordem e à disposição da 2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões da Comarca de Macapá/AP, em razão de tramitar, naquela instância, ação de inventário dos bens deixados por JOAO PICANCO DE MENEZES.

Certidão da Seção de Precatórios e RPV indicando a disponibilidade de verba para liquidação deste precatório.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Considerando a concordância manifestada com a regularidade formal, determino o pagamento do valor total deste precatório condicionado à existência de disponibilidade financeira, mediante abertura de conta remunerada em nome do(s) beneficiário(s) em instituição financeira conveniada, reservados os recursos das requisições anteriores pendentes de pagamento (art. 12 da Instrução Normativa STJ/GP n. 3/2014).

Realizado o depósito, determino seja providenciada a transferência do valor devido ao ESPÓLIO DE JOAO PICANCO DE MENEZES nos termos da decisão de fls. 26-27.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente